

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ –UFC**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**RESGATE DA APRENDIZAGEM EM ADOLESCENTES**  
**EM CONFLITO COM A LEI**

**TEREZA MARIA VASCONCELOS BASTOS**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2005**

RESGATE DA APRENDIZAGEM EM ADOLESCENTES  
EM CONFLITO COM A LEI

**TEREZA MARIA VASCONCELOS BASTOS**

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COMO REQUISITO PARCIAL PARA  
OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO CEARÁ.

FORTALEZA – 2005.1

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

---

TEREZA MARIA VASCONCELOS BASTOS

MONOGRAFIA APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Marisa Pascarelli Agrello  
Orientadora

“Quando olhamos por alto as pessoas, ressaltam suas diferenças: negros e brancos, homens e mulheres, seres agressivos e passivos, intelectuais e emocionais, alegres e tristes, radicais e reacionários. Mas, à medida que compreendemos os demais as diferenças desaparecem e em lugar surge a unicidade humana: as mesmas necessidades, os mesmos temores, as mesmas lutas e desejos. Todos somos um”.

***Joyce em Finnegans Wake***

## Agradeço

- À Profa. Ms. Marisa Pascarelli Agrello, pelos conhecimentos que nos foram transmitidos.
- A todos os professores, pelos ensinamentos compartilhados.
- À amiga Sandra, que me ajudou com seus estímulos e orientações.

## Dedicatória

Aos meus filhos  
Daniel e Felipe,  
pelo afeto e amizade  
que nos unem.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar um recorte dentro de uma ampla questão da aprendizagem de adolescentes em conflito com a lei e os aspectos que interferem no seu desenvolvimento escolar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de escritos de diversos autores abordando a questão da aprendizagem, visualizando principalmente o indivíduo social, individual e com suas peculiaridades do contexto do qual foi desenvolvido. Referimos a adolescência como ser ativo que necessita conhecer a si mesmo e ao mundo, com os conhecimentos que lhe interessam, ou seja, valores, forma de relacionamento humano e costumes, que, na verdade o que busca é sua identidade e seu papel social como adulto. Neste contexto fazem parte da vida do adolescente a escola que desempenha um papel fundamental que representa o ambiente onde o jovem exerce seu convívio social, adquire os conhecimentos indispensáveis para formação profissional e como cidadão. Faz parte também do processo de adolescer a mediação da família, desenvolvendo o papel nas relações afetivas, de limites e formação de princípios éticos e morais. Este adolescente faz parte de uma parcela que vivência significativas desigualdades sociais que lhes foram negados seus direitos e sua cidadania. A ação psicopedagógica contribui no resgate da aprendizagem quando visualiza o aprendente, considerando aspectos cognitivos, sociais e afetivos.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
1. ADOLESCÊNCIA.....	12
Definição de Adolescência.....	12
1.2.Relacionamento pais e filhos.....	20
2. O ADOLESCENTE NO ESPAÇO ESCOLAR.....	25
O papel da escola como instrumento no desenvolvimento do adolescente.....	25
A relação com o educador.....	28
A participação da família na escola.....	31
A formação de grupos.....	34
A violência no cotidiano escolar.....	37
3. ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	40
A trajetória do adolescente e suas vivências.....	40
O cotidiano subjetivo do adolescente.....	48
O relacionamento familiar do adolescente.....	49
4. O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICO COM OS ADOLESCENTES NA RECONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM JUNTO A ESCOLA .....	54
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	66



## INTRODUÇÃO

O adolescente, às vezes parece *usado* para justificar a negligência de uma sociedade que o deixou de lado. É como se os jovens estivessem sendo usados para desculpar uma geração que os está abandonando. O alavanque de informações negativas aglutinada o medo, canaliza o temor e a raiva do público sobre os adolescentes.

Na vida real, os jovens mudam muitos seus pensamentos, desejos e ações, falham nos compromissos. Mas será que isto só ocorre por causa da natureza dos jovens, ou será que o problema dos jovens não vai além dos jovens, estará associado a toda uma sociedade que não o compreendem, procuram solucionar isoladamente.

Reconhece-se que é fundamental oportunizá-lo para que possa conhecer-se melhor, como sujeito de sua história pessoal e social, ou seja, ver-se ativo e responsável por sua trajetória, por prevenir-se de situações que pode prejudicar seu desenvolvimento.

Apresenta-se a trajetória do adolescente em conflito com a lei no seu percurso escolar e as possibilidades psicopedagógicas no processo de sua aprendizagem. Pretende-se conhecer as interferências que ocorrem no desenvolvimento destes jovens que o levam a apresentarem dificuldades no âmbito escolar. O modo de vida de crianças e adolescentes, filhos de uma população excluída, pauperizada e oprimida faz suas manifestações enquanto indivíduo.

A adolescência constitui fase do desenvolvimento humano, com as mais diversas apresentações, onde está envolvido seu contexto sócio-psicoemocional.

A atual situação sócio-econômica do Brasil, com suas diferentes conjunturas específicas de um país com significativas desigualdades sociais, expressa em sua juventude, uma exclusão de seus direitos e de sua prática de cidadania. Apresenta uma parcela exposta à prática de ato infracional, condutas estas, que deve ser vista como circunstância de vida que pode ser modificada.

Falar nesta pesquisa do resgate da aprendizagem de jovens, que das mais diversas formas tiveram etapas de desenvolvimento prejudicadas, procura-se entender baseado numa visão em que o adolescente em conflito com a lei deve ser acompanhado em sua totalidade, compreendendo sua subjetividade, as oportunidades que lhe foram oferecidas.

Para trabalhar com esta dinâmica, observa-se os aspectos sócio-psicoemocionais, elementos estes que fazem parte do processo de aprendizagem não referindo apenas a uma qualificação simplista, de desinteresse, ou mesmo de um déficit cognitivo.

O presente estudo dividiu-se em capítulos, nos quais aborda-se inicialmente a adolescência e sua contextualização, o papel da escola, como instrumento de desenvolvimento.

No segundo capítulo relaciona-se o adolescente em situação especial, ou seja, em conflito com a lei, seu cotidiano subjetivo e as nuances que o levaram para as suas próprias impropriedades, dilacerado pelas múltiplas violências.

A seguir, vê-se à relação de uma atuação psicopedagógica no processo de desenvolvimento escolar do adolescente em conflito com a lei.

Desenvolver um trabalho com enfoque psicopedagógico, faz-se necessário analisar o adolescente, sua família e as relações afetivas e sociais que o envolvem.

Compreendendo como integrante de um núcleo familiar, considera-se esta com espaço que poderá ser propiciador, onde deve atender as demandas do indivíduo.

A necessidade, concretamente presente no contexto sócio-econômico que o indivíduo vive é, efetivamente o primeiro motor para uma ação do educador. É importante lembrar, que essa necessidade é histórica, situada, que há possibilidade de se atender a ela de múltiplas maneiras. O desafio está mesmo em esclarecer o que significa ensino de boa qualidade, ou identificar qual a melhor prática de um educador. É nessa medida que o professor pode funcionar como intelecto orgânico (Gramsci, 1978), contribuindo assim, para um ensinamento comprometido para transformação da sociedade, obedecendo uma função social, política histórica e pedagógica dentro de princípios filosóficos que norteiam sua ação. A construção de sua práxis é elemento valioso para compreensão e a transformação do processo educativo.

Não é possível atribuir a educação apenas um conceito categórico, único, pois ela existe de uma conformidade “com a categoria de sujeitos de um povo, ela existe em cada povo, é uma fração do modo de vida e de seus grupos sociais” (Brandão, 1981, p. 40 ). Existe então, a necessidade de compreender a educação como processo.

Não basta referir a escola como um instrumento de transmissão de conhecimentos sistematizados ao longo de sua história, é necessário que a escola tenha capacidade de organizar e aplicar seu programa em torno de objetivos vitais para o seu tempo do viver, das experiências e do contexto sócio-familiar do aluno. Baseando-se que o homem não é um ser sozinho, mas sim único, que se relaciona com ele mesmo, com os outros.

A Psicopedagogia com suas dimensões mostra-se como interlocutora nas dificuldades de inserção social dos sujeitos que não cumprem estes novos paradigmas da modernidade, ficando comprometida, sempre que o aluno fica quase sendo excluído ou desvalorizado.

Cabe pensar no social enquanto lugar que deve possibilitar espaço para as diferenças, e não só para as padronizações. Frente a isto, há que se redimensionar enfoques terapêuticos, posturas psicopedagógicas, a busca não é necessariamente enquadrar, mas ajudar o diferente a encontrar um lugar social produtivo da forma como lhe é possível, ou ajudá-lo a encontrar respostas por outras vias, outras formas de conhecer e reconstruir sua trajetória, escutando as diferenças, pensando em lugar que lhe possibilite a inserção do adolescente em conflito com a lei, refletindo não apenas o fracasso escolar.

A abordagem psicopedagógica em sua interventiva possibilita o educador por meio de subsídios discernir, as dificuldades escolares do aluno, o que é seu enquanto ensinante, o que é da escola, enquanto instituição de promoção de construção do conhecimento o que é do aluno aprendente, tudo dentro de um marco sócio político-cultural.

# 1. ADOLESCÊNCIA

## DEFINIÇÃO DE ADOLESCÊNCIA

*“Adolescer significa crescer, torna-se maior, alcançar a maioridade” (Monesi, 1993)*

A adolescência tem sido considerada como o período mais difícil no desenvolvimento físico, moral e sexual do ser humano, tanto para os próprios adolescentes como para seus pais. É vista pela literatura como um período caracterizado por intensa necessidade de explorar e experimentar o contexto em que se vive. Evidências indicam que essa necessidade de exploração e experiência tornam o adolescente mais vulnerável ao engajamento em comportamento que envolve riscos pessoais.

Não obstante, a adolescência é um estágio da vida desafiador e algumas vezes difícil. Por que teria de ser assim? A primeira resposta e a mais óbvia é que a adolescência, e particularmente o seu início, é acima de tudo um período de mudança física, sexual, psicológica e cognitiva, bem como de demandas sociais. Parece quase injusto que tantas exigências de socialização, de independência, de mudanças nos relacionamentos com os companheiros adultos, ajustamento sexual, preparação educacional e profissional sejam feitas ao mesmo tempo em que os indivíduos estão vivenciando um ritmo de maturação biológica e intelectual quase sem precedentes. Além de enfrentar todas as mudanças do desenvolvimento, os adolescentes estão se esforçando por alcançar uma identidade própria, uma resposta pessoal, à antiga pergunta: “Quem sou”?

O processo de adolescer possui componentes genéticos e biológicos, conhecimentos e valores construídos ao longo das experiências de

vida, além de uma estrutura psico-emocional e potencial para o questionamento e a criação.

Aristóteles considerou adolecer como:

“Apaixonados, irascíveis, capazes de serem arrebatados por seus impulsos, ... [ainda que tenham] altas aspirações ... Se o jovem comete uma falta é sempre no lado do excesso e do exagero, uma vez que eles levam todas as coisas longe demais” (Cadernos Juvenis, Saúde e desenvolvimento, 1999; p.86)

De acordo com Pikuras (1998),

“O crescimento puberal ou início da adolescência consiste, principalmente em rápida maturação somática que desencadeia a uma estrutura de corpo adulta, desenvolvimentos sexuais que resultam no funcionamento ativo das gônadas e o aparecimento das características secundárias do sexo que distinguem as estruturas masculinas e femininas” (p.256).

As marcas sociais desse processo fundam-se na história familiar e da socialização, nas relações sociais e étnicas, no partilhamento de preceitos de moralidade, hierarquias, entre outros elementos que dão contorno à subjetividade humana.

O contexto familiar é fundamental na definição das experiências de crescimento, desenvolvimento e construção da identidade do adolescente e deve ser visualizado como processo dinâmico em que histórias de vida e projetos individuais interagem e se conforma num complexo de

relações plurais e não excludentes, de afetos, de poder e resistência, de conflitos, de dominação, cooperação e harmonia entre outros.

Este período pode ser breve, em algumas sociedades mais simples, ou relativamente prolongado, como no caso de nossa própria sociedade, tecnologicamente avançada. Seu início pode envolver mudanças abruptas nas demandas e expectativas sociais, ou somente uma tradição gradual dos papéis anterior. Apesar dessas variações, um aspecto da adolescência é universal e a distingue dos estágios anteriores do desenvolvimento: as alterações físicas e fisiológicas da puberdade, que marcam o seu início.

Um fenômeno curioso de todas as mudanças é que a idade em que ocorre a puberdade tem declinado significativamente. Talvez isso seja mais facilmente percebido para as meninas, na medida em que a idade da primeira menstruação é facilmente detectável. Roche (1979), que comparou todos os dados sobre mudanças no ritmo de desenvolvimento físico, relatou que, enquanto em 1900 a primeira menstruação entre as meninas americanas acontecia aproximadamente aos 14 anos, em 1960 ocorria em torno dos 12 anos; podendo essa média ser ainda menor atualmente. A diminuição tem sido significativa com a média se reduzindo quatro meses a cada dez anos. Os meninos também têm iniciado as mudanças puberais cada vez mais cedo (Mussen, 1999).

As meninas começam e terminam a puberdade aproximadamente dois anos antes que os meninos. Mas há nítidas diferenças entre os sexos na época em que ocorrem essas mudanças. Um menino que não começou a mostrar um estirão de crescimento senão aos 16 anos começou tarde, mas é totalmente normal; uma menina que começou a desenvolver os seios aos 8 anos e menstruou aos 10 e 6 meses tem um desenvolvimento precoce, mas também está dentro de uma amplitude normal. Você pode perceber estas diferenças de ritmo muito facilmente.

Uma das conseqüências importantes dessas mudanças no momento em que ocorre a puberdade é que se tem assistido a um acentuado aumento de gravidez entre adolescentes. Os adolescentes estão sexualmente maduros de seis a dez anos antes de terem adquirido todos os direitos, assumindo as responsabilidades da idade adulta.

Nesta fase, deve se dar importância em investigar as mudanças pelas quais os adolescentes passam o que provavelmente ajudará educadores e profissionais da saúde no acompanhamento e promoção da educação em saúde pública, principalmente no que concerne à gestação.

Quanto ao desenvolvimento da capacidade cognitiva dos jovens, Mussen (1980) comenta que nesta fase tendem a fazê-lo quantitativa e qualitativamente durante a adolescência. Os ganhos são quantitativos, no sentido de que os adolescentes são capazes de realizar as tarefas intelectuais com mais facilidade, mais rápida e eficientemente do que com menos idade. São qualitativas no sentido de que também ocorrem mudanças significativas nos processos mentais subjacentes usados para definir e resolver problemas.

As mudanças que ocorrem na adolescência são significativas, seria, portanto difícil de superestimar. Além do desenvolvimento do pensamento operacional formal, os adolescentes se inclinam mais do que as crianças mais novas a ter consciência da distinção entre simplesmente perceber alguma coisa e armazená-la na memorização. Sua perspectiva do tempo futuro é consideravelmente maior do que a das crianças mais novas e eles tendem mais possuir o que John Flavell (1977) chama de “senso do jogo”: uma consciência de que grande parte da vida consiste em prever, formular e desenvolver estratégias para lidar com os problemas, quer estes sejam o planejamento de um orçamento doméstico ou avaliação das motivações e comportamento provável das outras pessoas (Mussen, 1988).



O desenvolvimento cognitivo desempenha um papel crítico em auxiliar os adolescentes a tratar das demandas educacionais e profissionais cada vez mais complexas. Seria virtualmente impossível dominar assuntos acadêmicos como cálculo ou uso de metáforas em poesia sem um alto nível de pensamento abstrato ou capacidade de pensar a respeito de declarações que não tem relação com os objetos reais do mundo.

A intelectualização envolve tratar de uma forma abstrata, impessoal e filosófica, assuntos que na realidade são de interesse pessoal imediato.

A construção do conceito de si mesmo é um dos desenvolvimentos mais importantes do indivíduo, pois permite uma melhor compreensão e percepção do mundo e das pessoas que o cercam.

O autoconceito é um conjunto de crenças que norteiam a conduta dos indivíduos, permitindo que assumam novos papéis na vida. É um sistema de atitudes que formam em relação a si mesmo. Sua perspectiva é o presente e eventualmente o futuro. Implica num conjunto bastante amplo de representações e de processos cognitivos sobre si mesmo. Um adolescente necessita ter sua identidade reconhecida e aceita pelas pessoas significativas para ele. São o reconhecimento e aceitação que o auxiliam a formar um conceito positivo de si mesmo.

De acordo com Aberastury (1989) os jovens, de um modo geral, desenvolvem as operações de um julgamento moral em função de princípios. Os dois temas estão relacionados: o pensamento operacional formal parece ser necessário, embora não suficiente para uma moralidade de princípios. O jovem pode pensar dedutivamente e imaginar antecipadamente possibilidades ocultas.

A personalidade nessa fase passa por uma transformação, isto é esperado como parte do desenvolvimento. O indivíduo evolui da organização da infância para a desorganização do adolescente, para mais tarde atingir a reorganização como adulto. No decorrer da adolescência o indivíduo sofre três grandes perdas: a do corpo de criança, da identidade infantil e a dos pais idealizados. O adolescente busca o corpo adulto. Desliga-se de muitos aspectos e interesses de crianças mais às vezes, surpreende-se com atitudes infantis. Os laços com os pais são modificados e são estabelecidas novas identidades com colegas e professores. Apresenta medo de não se tornar alguém, de ser uma imitação. Ele busca identidade pessoal, é esta a maior tarefa da adolescência.

Percebe-se, então, que pela sua própria natureza a adolescência é uma época de incerteza, sofrimento, dúvida e ambivalência. Como coloca Anna Freud:

“É normal para o adolescente se comportar de maneira inconsistente e não previsível. Lutar contra seus impulsos e aceitá-los; amar seus pais e odiá-los; ter vergonha de reconhecê-los perante outros e querer conversar com eles: identificar-se e imitar os outros enquanto procura uma identidade própria. O adolescente é idealista, artístico, generoso e pouco egoísta como jamais o será novamente, mas também é o oposto: egoísta, calculista, autocentrado” (Suplicy, 1991, p.57).

Para Suplicy (1991) estas flutuações seriam anormais em qualquer época da vida, mas são normais na adolescência. É difícil tratar com o adolescente, porque ele se ressentido de muita atenção e conselho, pois sente sua independência ameaçada. Ao mesmo tempo, ele também percebe que ainda não é auto-suficiente e depende dos pais.

No que se refere à socialização, os grupos de companheiros tornam-se mistos ao invés de grupos do mesmo sexo, aparecendo também os casais. A maturação precoce contribui para aumentar a popularidade entre os companheiros. O jovem deve enfrentar o dilema da identidade versus confusão de papéis, e encontrar sua identidade ocupacional e sexual. Durante esse período, os papéis sexuais tornam-se mais claramente diferenciados e a estereotipia sexual mais forte, principalmente entre os rapazes (Aberastury, 1989).

Um dos elementos ou ingredientes constitutivos do sentido de identidade é a auto-imagem. Ela é um dos determinantes das polarizações sexuais e do prisma pelo qual o indivíduo vê a realidade que o cerca. O indivíduo reorganiza a auto-imagem de acordo com sua forma particular de perceber a si próprio e o mundo, de acordo com o contexto social em que vive e interage com o ambiente em que exerce suas ações. É a história de vida presente na memória. São os fragmentos de vida feitos de todos os momentos de alegrias, de tristeza, de experiências ou mesmos de traumas, e que vão sendo incorporados ao eu do indivíduo (Contini, 2002).

O adolescente, nessa fase, está construindo uma identidade própria, e nessa busca é importante ressaltar que ele pode experimentar uma enorme multiplicidade de identificação, as quais se manifestam bastante contraditórias. Essa instabilidade é esperada e até mesmo desejada, porém cabe ao meio ambiente em especial a seus pais estabelecer limites e orientar. Não pode ser compreendida apenas como fase de transição, e sem uma etapa evolutiva com características próprias e específicas.

Entre os vários eventos que marcam o início da adolescência, nenhum é mais dramático do que as mudanças físicas e psicológicas associadas ao desenvolvimento da sexualidade. As mudanças hormonais que acompanham a puberdade levam a sentimentos sexuais mais

fortes. É só na puberdade que os indivíduos se tornam capazes de reprodução sexual (ejaculação masculina e ovulação feminina).

É dado um papel bastante importante à sexualidade, na determinação mitológica da tempestade atormentada da adolescência. Acredita-se que as forças liberadas pela puberdade eram capazes de invadir totalmente o adolescente, tornando-se candidato à delinqüência e à depravação, comenta Monesi (1993).

O retrato que surge dos adolescentes, é muito mais o da inibição e repressão do que de conflitos em relação à sexualidade. No início da adolescência, tanto meninos quanto meninas parecem mais ansiosos em relação à sexualidade. Eles sentem-se pelo menos um pouco nervosos sobre os seus impulsos sexuais. A sexualidade é uma área de considerável preocupação na fase da adolescência, quando os adolescentes aprendem a lidar e a vivenciar o impulso sexual e incorporá-lo com sucesso e adequá-lo nas suas relações sociais. (Contini, 2002).

A sexualidade vivida pelo adolescente ganha feição do contexto cultural em que ele se insere. É plasmada pela linguagem e pelos valores vigentes, nessa época. Os adolescentes vivem sua sexualidade em meio às referências que invadem seu imaginário. É continuamente convocado a consumir imagens mais que refletir a elaborar, ou a pensar.

Quando permanece em si mesmo, nesse embotamento reflexivo é difícil construir projeto pessoais que lhe possibilitem reconhecer-se como alguém de valor, nesta primícia, se faz necessária no processo educativo construir juntamente para que o possibilite uma valorização do eu, sem a vivência da banalização de sua vida e do outro.

Para Bauman (1989),

“Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais” (p.120).

A educação é a orientação pautada em princípios éticos, contribui para à valorização do homem, sua individualização de desejos, prazer e afeto.

## **RELACIONAMENTO PAIS E FILHOS**

As relações entre o adolescente e a família são freqüentemente consideradas conflituosas, e os adultos tendem a reclamar das dificuldades no trato com os jovens e adolescentes. Os pais formulam concepções sobre a adolescência o que interfiram no trato, face as ideologias pré-concebidas e as dificuldades de vivenciar o outro, sem contar com conceito individual.

Na maioria dos casos os “conflitos de gerações” envolvem problemas relativamente pequenos, não configurando divergências em áreas de relevância. Os problemas são comumente relacionados à liberdade pessoal do adolescente, às regras quanto a horários, hábitos de estudos, amizade, vida social e tarefas caseiras. Em certos casos os pais podem ter dificuldades para entender e aceitar que seus “filhinhos” não são mais crianças, e ao pretenderem adotar padrões de interação considerados adequados quando os filhos eram pequenos e que não mais funcionam, muitas vezes contribuem para a geração de alguns conflitos. Os pais podem, ainda, enfrentar possíveis dificuldades decorrentes na entrada da meia idade, época de reavaliações pessoais, por ciúmes dos filhos ou por superproteção (Conger, 1979).

Nossas famílias contemporâneas guardam nuances do que se pode caracterizar como modelo burgês de família, patriarcal, autoritário primando pela privacidade, a domesticidade e os conflitos entre sexo e idade. Isso é fomentada por pais com autoridade que dão valor à autonomia e a comportamento disciplinado, além de estabelecerem disciplinas, proporcionam explicações para suas expectativas e proibições. Há uma dificuldade para os filhos de pais autocráticos ou autoritários, que apenas dizem aos filhos o que fazer, e de pais permissivos, igualitários, ou negligentes, que podem parecer irresponsáveis, ou sê-lo de fato. Imersos numa sociedade onde existem fortes segmentos que pregam a liberdade de costumes, os pais desses adolescentes em geral nessa fase ficam confusos e perdidos. De um modo geral, a cada era existe padrões de educação, o que faz assim os pais reviverem suas próprias fases.

Para a adolescência tornar-se independente da família é uma tarefa única desta fase.

Entende-se como consenso a idéia de que é impossível abolir conflito sob o pretexto da harmonia total, mesmo porque este estado simplesmente paralisaria o movimento incessante da condição humana e suas relações sociais.

Nesta perspectiva o conflito é analisado numa dimensão construtiva, algumas se apresentam como necessárias no processo de construção de um novo modelo familiar.

A família se torna o centro de preparação do adolescente para sua entrada no mundo adulto. Muitas vezes, o início da adolescência do filho coincide com a entrada dos pais na meia-idade, ou com os avós na velhice, ocorrendo mudanças em todos os sentidos.

Em sociedades mais avançadas tecnologicamente, percebe-se que há uma transferência de tarefas. Os pais não mais preparam os filhos, instituições e sistemas externos é que arcam com a responsabilidade de impor limites e tratar da função econômica, do posicionamento no mercado de trabalho. A família passa a agir como ponto de apoio emocional para as prováveis dificuldades daquele campo.

A educação que foi remetida aos pais pode reavivar e atuar na educação destes com seus filhos, quando se tornam adolescente, mesmo que haja um esforço para que isso não aconteça.

A busca por uma auto-imagem definida, separada pode resultar em confusão e imobilização para os adolescentes e suas famílias. Nesta luta, eles desafiam, mostram-se, por meio de roupas e penteados, por vezes, chocantes para a família. Isso tende a provocar conflitos de gerações, uma vez que se questionam regras, papéis e relacionamentos, o que pode fazer com que o jovem se prenda em seu silêncio para não acarretar brigas, porém aumentando a probabilidade da desconfiança e da distância (Suplicy, 1991).

Os relacionamentos entre pais e filhos do mesmo sexo são de fundamental importância para a identificação de gênero, visto que este sempre foi um aspecto integrado à auto-identidade.

Na realidade, ao desenvolver um pensamento lógico e crítico, o adolescente descobre que o mundo não pode mais ser visto por meio dos olhos dos pais na infância, um mundo harmonioso, independente do que ocorresse eles estavam protegidos.

É necessário que o adolescente se aventure, arrisque-se longe dos pais para que se tornem mais confiantes e seguros, porém os pais devem incentivar as tomadas de decisões. Os vínculos fora do lar tornam-se

mais fortes, entretanto eles ainda precisam da aprovação e orientação dos pais para serem mais responsáveis, e ao mesmo tempo, sentirem-se seguros com esta atitude. Autonomia quer dizer, neste caso, que há mais independência emocional em relação aos pais e que o adolescente tem mais controle sobre suas decisões.

Para Conger (1980) crianças e adolescentes precisam desenvolver autonomia, autoconfiança e iniciativa, para que possam enfrentar o mundo atual e o de amanhã. Tais qualidades são melhor desenvolvidas por pais que estabelecem relações de mútuo respeito com seus filhos, respeito enquanto seres humanos que envolvem crianças e adolescentes nos assuntos e deliberações de família e encorajam a independência e responsabilidade.

Nesse processo não pode descrever, vivenciar dificuldade apenas do filho, o adolescente. Os pais têm uma sensação de impotência, perdem o poder de decidir por eles, que escolhem o que acreditam ser melhor, colocam-se diante de fatos de que o tempo passou, estão mais velhos, na perspectiva de que ficarão sós, porque os filhos trilham outros caminhos.

Apesar disto, não podem perder de vista que continuam sendo família, um suporte para momentos difíceis, que às vezes o meio externo e o grupo não dão conta, devendo continuar exercendo apoio, cuidado, aceitação, diálogo, tendo como princípio “proteção”, contribuindo assim para que não haja entraves emocionais e que possibilite a estruturação de sua identidade.

As famílias se apresentam como um sistema dinâmico, e em constante transformação, vivenciando o mesmo processo de mudanças sócio-culturais e econômicas.

O acompanhamento de adolescentes, quanto a seu desenvolvimento deve ser levado em atenção a diversidade de modelos que se



apresentam, já que cada um está caracterizado por situações e necessidades bastantes peculiares.

Entende-se que a “família” qualquer que seja seu funcionamento e sua organização tem com a sociedade, o dever de ser um espaço de produção de identidade social, ser respeitadas suas diferenças éticas e culturais, sem ser um espaço para atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Segundo Bottura Jr. (1994), separado da placenta uterina, o ser humano precisa ter como segunda segurança o grupo familiar. Pais e mães não deverão ser apenas mantedores de seus filhos nem ser apenas companheiros destes em seu desenvolvimento; pais e mães precisarão ser modelos estimuladores do desenvolvimento, parâmetros do processo de maturação dos seus filhos.

Crianças, adolescentes e jovens vão necessitar viver um real sentimento de pertinência em relação ao grupo familiar, isso não no sentido de posse, mas no sentido de que esses seres em desenvolvimento sintam que, em todo caso, podem contar com a família.

## **2. O ADOLESCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR**

### **2.1. O PAPEL DA ESCOLA COMO INSTRUMENTO NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE**

“A escola é uma instituição social que reflete a cultura da qual faz parte e transmite aos jovens o gênio de um povo e uma visão de mundo, assim com habilidades e conhecimentos específicos” (Minuchin & Shapiro, 1983, p.197).

O propósito principal da educação escolar é ensinar habilidades cognitivas e informações, mas a escola faz muito mais do que isso. É um pequeno sistema social onde crianças e adolescentes aprendem regras de moralidade, convenções sociais, atitudes e modalidades de se relacionar com os outros.

A Escola é um espaço marcante para vida de crianças e adolescentes independente de concepções políticas educacionais. Nela ocorre diversos tipos de aprendizagens e relacionamentos entre pessoas, o que não significa que essas ocorrências sejam previstas ou promovidas pela instituição em questão.

Partindo do pressuposto que a escola é importante para o desenvolvimento de pessoas, também é verdade que o proclamado, escola para todos, está longe de ser realidade. Faltam políticas e mecanismos que assegurem a todos os segmentos acesso à escola, com propostas viáveis a população atendida.

Entende-se a escola dentro de um contexto sócio-econômico cultural, o que a confirma como espaço político. Portanto, a Escola

é considerada um espaço privilegiado para promoção dentro de um enfoque ampliado, na perspectiva da construção da cidadania e do envolvimento dos diversos atores que compõe este universo de adolescentes, estudantes, profissionais, líderes comunitários e outros.

O sentido e o papel da escola são permeados pela compreensão de cidadania que qualifica a existência humana.

A ligação cotidiana do educando na sua comunidade e a organização do currículo tratado na escola redefinem o papel da escola. Ressaltando as questões culturais, sócio-antropológicas, os saberes, as experiências comunitárias colocam-se em questão o senso-comum criando para produção e o acesso novo saberes e ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado.

A escola coloca-se na vida do jovem como uma instituição de grande significado, embora se encontra bastante evasiva. É uma das primeiras instituições a manter contato, é um local eminentemente coletivo que proporciona ao adolescente a experimentação da formação de sua identidade para além da família. Escolhe suas amizades, desenvolve seus próprios interesses, identificar-se com seu grupo e forma seus primeiros projetos de vida. Adquire consciência da sociedade da qual participa, percebendo os condicionamentos sociais as quais está sujeito, as diferenças sociais existentes.

Para Patto (1993), a educação escolar, para grande parte da população brasileira, produz um conjunto de relações, marcadas pela tensão, descontinuidade e desvalorização das crianças e adolescentes que nela ingressam. O que ocorre é um desencontro entre as esperanças construídas pelas famílias em torno do valor da escola e as aspirações juvenis, ascensão social, melhoria das condições de vida. Para o jovem, o desencontro das expectativas iniciais gestadas na família e a experiência cotidiana vivida nas

escolas, que nega essas aspirações, pode gerar desinteresse, indisciplina e violência, na medida em que a trajetória na escolarização gera insucesso e exclusão. Dependendo do seu modo de funcionamento, a escola pode ou não vir a contribuir para a estruturação efetiva de referências e a questão está na sua capacidade de propiciar arranjos que assegurem um conjunto de relações sociais significativas para os adolescentes e suas famílias.

Em sua forma de funcionamento tradicional, a escola não vem agenciando uma ação socializadora sobre grande parte de seus alunos, crianças ou adolescentes, que mantêm, antes, uma relação hierárquica de distanciamento construída na condição de aluno. Porém, é importante evidenciar que tal perspectiva não incide somente sobre o aluno, pois o modo de gestão e a organização do processo de trabalho escolar estão atravessados pela exclusão do próprio ofício. Se está na relação professor-aluno grande parte das expectativas de inserção do aluno e de mudanças no processo ensino-aprendizagem, é de fundamental importância que o professor possa conquistar um outro lugar no interior da escola (Machado & Souza, 1997).

A questão não se reduz, então, a sugerir um novo/velho aparato técnico para o cotidiano educacional. O desafio é a gestão coletiva do sentido da vida escolar, ou seja, da política que orientará aquela comunidade e o processo de ensino-aprendizagem a partir do que serão estabelecidos os objetivos do trabalho.

Rocha (2001), comenta que a mudança no sistema educacional tem que partir da resignificação de conceitos e cooperação, autonomia e eficiência, que atualmente estão baseados em concepções imediatistas vinculadas à lógica empresarial. Tais conceitos são utilizados para acelerar processos de mudanças, mas trazem como correlato a segregação, o desprestígio e a precarização da tarefa docente. O ato de cooperar, que deveria estar ligado a uma prática coletiva construída por meio da análise da realidade, de seus conflitos da elaboração de alternativas, está vinculado à

execução de tarefas. A autonomia dos indivíduos é uma construção que tem início no processo de autonomização dos grupos que, pelo exercício ético-político de suas práticas criam sentidos comuns para seu fazer.

Deve ser encarada como meio de formação e informação em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes em um universo maior. É preciso garantir o acesso aos saberes, pois esses saberes são instrumentos para o desenvolvimento, para socialização, para o exercício da cidadania. Esses exercícios fazem valer os princípios da equidade, universalidade, e integridade presentes nas nossas leis e estatutos.

Na busca de novos conceitos e superação de modelos ultrapassados e sem negar sua história, do modelo tradicional a escola resgata o conceito de autoridade baseada na competência do educador, sem o sentido de autoritarismo. A escola busca um funcionamento humanístico, de valorização e respeito do aluno e, do modelo tecnicista, a preocupação em preparar o aluno para vida e não simplesmente repassar habilidades específicas, por meio de tecnologias avançadas.

## **2.2 . A RELAÇÃO COM O EDUCADOR**

“Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” sui generis, portador de um nome, também de uma “estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal” (Alves, 1933).

Educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem “ver para crer”, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre “crer para ver”. De fato, quem não apostar que existem nos adolescentes com quem se trabalha qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo.

Por isso, a trajetória dos verdadeiros educadores, longe de palmilhar as estradas pavimentadas do senso comum, freqüentemente envereda pelas trilhas mal abertas e, às vezes, até mesmo inexistente da aventura e do risco.

Para Costa (1997), apostar no educando em situação de dificuldade pessoal e social implica algumas atitudes e posturas básicas por parte do educador:

a) Procurar ver, em primeiro lugar, em cada menino ou menina a quem dirigir o trabalho, não aquilo que o separa ou o diferencia das demais crianças e jovens de sua idade, mas, sim, tudo aquilo que ele tem de comum com todos os demais.

b) Não perguntar o que o educando não sabe, o que ele não tem, o que ele não traz de sua vida familiar ou comunitária. Ao contrário, cumpre procurar descobrir o que o educando é, o que ele sabe, o que ele traz de bom consigo, o que ele se mostra capaz de fazer. Só assim pode-se evitar comparar meninos e meninas com um suposto padrão de normalidade existente em nossas cabeças, traçando deles um perfil inteiramente negativo.

c) Não permitir nunca que a visão do ladrão, do homicida, do traficante, da prostituta ou do viciado, existente nos prontuários e relatórios, nos impeça de ver a criança ou o jovem que se tem diante de nós.

d) O conhecimento do passado do educando deve ser utilizado pelo educador apenas com uma finalidade: impedi-lo de colocar a exigência antes da compreensão.

e) Ser exigente, pois a exigência é, antes de mais nada, um sinal de respeito do educador pelo educando. Em cada momento, no entanto, deve-se fazer a exigência cabível, a exigência possível de ser feita.

Observadas essas posturas básicas, cabe ao educador apostar no adolescente, abrindo espaços nos quais ele possa experimentar-se como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso consigo mesmo e com os outros.

O educador proporciona as condições para também o educando se transformar: a construção da auto-estima, a elaboração do pensamento crítico e criativo, a promoção do respeito e da solidariedade. Sendo a adolescência uma fase de intensos questionamentos e estruturação da personalidade, uma aprendizagem bem conduzida será muito valiosa, pois possibilitará a alunos e educadores constituírem juntos o conhecimento.

Para alguns adolescentes, os limites são muito amplos, são a rua, o mundo. E o mundo é grande demais. Estar no mundo pode torna-se assustador. Criando um vínculo com o educador por meio da troca e do afeto, os limites podem ser mais facilmente aceitos, e os espaços, internos e externos, ganham contornos, tomam forma.

O caminho mais fácil para o entendimento entre o educador e o adolescente é a história de vida. É preciso saber um pouco da história de vida do adolescente para conhecer suas potencialidades e dificuldades. Esse conhecimento facilita o diálogo entre adolescente, educador e grupo.

Por intermédio da compreensão e do conhecimento da realidade de vida do adolescente, o educador pode perceber o sentido e o significado de suas ações e atitudes, passando a funcionar como um espelho no qual o jovem vai se mirar para reconhecer a sua própria imagem. Imagem que reflete confiança, o respeito e o afeto do educador pelo adolescente, assim como aquilo que acredita ser possível a este alcançar. Tal espelhamento propicia o vínculo e permite que o compromisso entre educador e adolescente se estabeleça. Este compromisso é, antes de tudo, reciprocidade e empatia, fazendo do diálogo um método de trabalho adequado para o desenvolvimento pessoal e social.

O educador ocupa um lugar especial na trajetória do adolescente, é preciso desenvolver empatia para que o processo educativo possa fluir e ocasionar trocas. Precisa ter e colocar limites, pois a demanda é tão grande, que corre o risco de se perder, sem saber a que atender primeiro. É preciso estabelecer limites sem ser brusco, de uma forma delicada, fazendo uso da palavra, perguntando ao adolescente o que quer expressar, lembrando as regras de convivência e mostrando as conseqüências de sua ação. E isso só é possível se souber qual é o seu papel.

Conhecer e respeitar os jovens em seu modo de vida, idéias, valores e anseios são a base do trabalho educativo em geral. Trabalhar com os adolescentes é tarefa árdua. Implica lidar com os próprios conflitos, mudar atitudes, rever o passado. Ao educador é necessário a disponibilidade de repensar o seu papel profissional e de eliminar posturas eventualmente inadequadas, autoritárias e paternalistas. Devem está sensibilizados quanto à responsabilidade e a consciência de seu importante papel social dos indivíduos em formação.

### **2.3. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**



A partir do momento em que a criança entra na escola cria-se uma nova situação para as famílias, como também para a própria criança. Amplia-se o leque de relações sociais, os indivíduos defrontam-se com uma diversidade de valores e padrões de comportamento, muitas vezes conflitante e com opções e cobranças de companheiros e da escola.

Os valores e padrões da família, tanto quanto o modo como os pais lidam com o desenvolvimento da autonomia, as expectativas quanto à escola, podem influenciar o desempenho e ajustamento da criança na escola.

A família deve participar de atividades escolares, manifestando apoio às ações educativas, após a escolha criteriosa do modelo pedagógico que pretende para seus filhos. É fundamental que os pais conheçam que tipo de orientação ou ideologia é praticada pela escola, para que possam caminhar juntos.

Nas classes sociais menos favorecidas a escola é vista pela família com possibilidade de ascensão social e profissional, que protege e “até alimenta”, enquanto os pais se dedicam a exaustiva jornada de trabalho.

Nas camadas da população mais favorecida economicamente, a escola é vista pela família como a única obrigação dos filhos e a ela delegam tarefas inerentes à família, como educação religiosa, sexual e a constituição de uma escola de valores éticos e morais.

As relações entre os pais e a escola também podem influenciar significativamente no desempenho escolar e no comportamento dos filhos. Pode-se encontrar pais que mostram pouco interesse pela vida escolar dos filhos, desconhecendo suas dificuldades e progressos, e demonstrando desinteresse pela vida escolar dos mesmos, chegando até a delegar toda a responsabilidade para a escola.

Em outros casos, pode-se encontrar pais exigentes em relação aos resultados escolares de seus filhos. A tendência da cultura ocidental de enfatizar a competição e o sucesso influi fortemente na experiência escolar da criança e do adolescente. Enfatizar o esforço pessoal e a capacidade de luta pode ter aspectos positivos, mas também pode ser prejudicial para a estabilidade de indivíduos que aspiram objetivos muito além de suas responsabilidades (Fini, 1996).

Para Fini (1996), pais que não se consideram realizados, ou até mesmo os fracassados, podem tentar a compensação por meio de seus filhos, almejando para eles o sucesso; em primeiro lugar na escola, e também em determinadas áreas de atuação que nem sempre serão idênticas àquelas que seriam escolhidas pelos próprios filhos.

São comuns as pressões dos pais para que as crianças e os adolescentes tenham sempre as melhores notas na escola, e isso pode ser exercitado de uma maneira mais coerciva e autoritária, ou sutil.

Os pais tendem a recompensar os filhos pelo sucesso e pela superação das notas dos colegas, a expressar desapontamento e mesmo infligir castigos, de diversos tipos, pelo eventual insucesso, e esperam que crianças e jovens atinjam na escola um nível compatível com os seus próprios desejos.

As pressões dos pais podem ocasionar um alto nível de ansiedade, capaz de afetar a realização das tarefas escolares, e contribuir para que crianças e adolescentes formulem objetivos muito elevados e mesmos irreais para si próprios, provocando descontentamento, sentimento de inutilidade e preocupação e respeito do próprio valor como pessoa.

Atitudes de aceitação e compreensão dos pais facilitam a autocompreensão e aceitação da criança e do adolescente, preparando-o para avaliar suas possibilidades e melhor aproveitá-las, como também enfrentar as

suas limitações e eventualmente superá-las, para melhor estabelecer seus projetos de vida.

O sistema familiar não é unicamente um sistema de apoio que proporciona ajuda, ele também pode ter a importante função de colaborar nos possíveis enfrentamentos de dificuldades escolares, por ser o grupo com maiores possibilidades por conhecer o funcionamento de seu membro.

## **2.4. FORMAÇÃO DE GRUPOS**

Sabe-se quanto é normal e saudável o homem viver em sociedade. Essa condição social, exige freqüentemente reavaliações e resignificações dos nossos marcos referenciais a fim de integrar eticamente nossas diferenças.

Na adolescência, é experimentado essa vivência grupal fora do âmbito social familiar, entretanto em contato com diferentes culturas, hábitos, valores, crenças, e necessidades.

O grupo para o de adolescentes, segundo Eisenstadt (1976), embora seja um importante ponto de articulação de sistemas de personalidade e social de seus membros, nem sempre têm um caráter integrativo, ou está a serviço de promover a integração da personalidade, a solidariedade e a continuidade do sistema social. Pode-se tornar foco potencial de anormalidades ou de propostas de transformação social, o que traz à tona o caráter potencialmente problemático de grupos juvenis e da própria juventude como condição chave para o processo de transmissão de herança social.

Cada grupo vai se constituindo através das histórias de vida e visões de futuro de cada um dos seus participantes, inclusive as do educador. Mas o grupo vai além das pessoas que o compõem. É algo mais que a soma de seus membros. Tem um rosto próprio e uma personalidade única, o

que permite descrevê-lo como se fosse uma pessoa, um indivíduo. É importante que o educador, no seu papel de facilitador, vá compreendendo as motivações individuais, porém, na sua ação deve estar sintonizada com a motivação grupal, que ele pode perceber a partir do vínculo que estabelece com o grupo (Eisenstadt, 1976).

Para que um grupo possa se construir, é fundamental que se estabeleça uma relação de respeito mútuo. Respeitar alguém significa respeitar sua individualidade, suas formas de expressão e imagem, suas origens, suas escolhas, suas opiniões, seus limites e seus sentimentos. Respeitar não implica em concordar com o outro ou elogiar qualquer tipo de conduta. Significa não ter o direito de desqualificar, menosprezar, ridicularizar, oprimir ou impor.

Barremlit (1982) considera importante ter consciência de que os participantes do grupo têm ritmos diferenciados, e seguem processos distintos. É preciso dar tempo ao grupo para construir seu próprio ritmo. E o ritmo grupal não é o somatório dos ritmos individuais, mas algo novo que se constrói conjuntamente.

O respeito no grupo se consolida quando vínculos são estabelecidos e limites definidos.

O vínculo tem papel essencial em toda e qualquer ação que objetiva mudanças e transformações, funcionando como o elo de uma corrente que liga os indivíduos, favorecendo a ampliação do modo de sentir e perceber a si mesmo e ao outro.

De acordo com Barremlit (1982), com adolescentes, é o vínculo que se estabelece entre o facilitador e o grupo que dá suporte para o trabalho. Este vínculo tem características próprias e se constrói a partir de vivências que fazem emergir a afetividade do grupo, fortalecendo e

aprofundando as relações. Os afetos incluem uma gama de emoções que vão do amor ao ódio, da inveja à solidariedade.

O facilitador precisa acreditar na capacidade que o grupo possui de transformação, criação, descoberta e crescimento. Cada integrante do grupo traz uma riqueza de experiências, conhecimentos e possibilidades, que vão se revelando ao longo do processo, na construção do seu próprio saber. Do mesmo modo, cada grupo é único e incomparável.

Todas as pessoas têm um potencial que é seu, constituído e desenvolvido nas suas relações com o mundo. Todos têm sempre um relato, um sentimento, uma recordação, que pode ser oferecer ao grupo, favorecendo a troca de experiências e dando a elas novos significados, o que os enriquece mutuamente.

É importante que o facilitador deixe aflorar os sentimentos e as opiniões dos participantes, utilizando diferentes linguagens e técnicas, como música, expressão corporal, desenho, pintura, colagem, poesia, dramatizações. Assim, possibilita a descoberta de que é possível expressar sentimentos e opiniões de forma criativa e prazerosa.

O facilitador precisa estar atento para não rotular um grupo como fácil ou difícil, em função do maior ou menor trabalho que este ofereça. É preciso perceber as características mais evidentes de um grupo, canalizá-las produtivamente e criar condições para que outras características possam surgir.

Compreender isso vai motivar o grupo a buscar novas saídas para as suas dificuldades, para as contradições inerentes à própria existência e para as frustrações que estão presentes na vida de todas as pessoas.

## **2.5. A VIOLÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR**

A violência é considerada um fenômeno multicausal que vem atingindo indistintamente todos os grupos sociais, instituições, faixas etárias nas quais indivíduos ora se apresentam como vítimas, ora como agressores. Possui diversas formas de expressões de violência determinadas pela cultura, conceitos e valores utilizados pelo povo.

As ações caracterizadas como manifestações de violência abarcam freqüentemente uma gama grande de comportamentos. No entanto, em geral, identifica-se violência com criminalidade ou agressão física. É também comum uma abordagem tão abrangente da violência, que o espectro de comportamentos percebidos como violentos se amplia significativamente. Desta forma, diluem-se as fronteiras que permitiriam distinguir uma situação de violência de outra, não incluída na mesma categorização, apesar de se reconhecer a existência de elementos comuns entre ambas (Candau, 2001).

Segundo Odália (1991), a violência é sempre social, pois está inserida no contexto das relações humanas. Sendo humana, muitas vezes é legitimada, e os indivíduos, alicerçados em objetivos e ideais de caráter universal, cometem assassinatos em nome da transformação da sociedade. Outras vezes, a violência é sempre usada como meio de combater a injustiça social e possibilitar a ascensão ao poder político de novas classes sociais.

Considera-se violência escolar os atos violentos ocorridos no âmbito da escola. Na sociedade atual a escola é uma instituição que participa de uma forma efetiva no processo de socialização da criança e adolescente. Trata-se de uma instituição reconhecida como espaço de defesa dos direitos da criança e adolescente. No Art. 56 do Estatuto da Criança e Adolescente, diz que os dirigentes dos estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Neste sentido, a escola poderia ser de fato um local propício para reflexões sobre relações entre pais e filhos, professores e sociedade em geral em torno de questões concretas como formas de violência. Assim com discussão de assuntos relacionados à infância e a adolescência, fundamentais no desenvolvimento humano, e na integração social em direção a fase adulta.

No entanto, em vez deste local ideal de defesa da criança e adolescência, a escola tem servido como palco de diferentes formas de violência contra a população. Entre as formas de violência detectada, verifica-se, que a escola tem apenas auxiliado na repressão e coisificação do ser humano. Para Piaget (citado em Fichtner, 1985), o objetivo principal da escola é a formação de sujeitos que sejam capazes de fazer coisas novas e não repetir simplesmente o que outras gerações já fizeram.

A escola tem se revelado como matriz operacional da sociedade tecnológica, transmitindo sua ideologia e moldando o espírito dos homens para que aceitem essa ideologia apesar da aparente igualdade. O sistema escolar não tem feito mais do que acentuar as desigualdades.

Fichtner (1985), em trabalho realizado com professores e supervisores de escola cujos alunos pertenciam às classes alta e média, percebeu condutas típicas de maus-tratos aos alunos, expressas pela negligência, abandono, falta de limites, principalmente pela omissão por parte dos professores e diretores em assumir seus papéis de autoridade.

A violência vivenciada por crianças e adolescentes em escolas não se limita apenas às condições do próprio sistema educacional brasileiro, mas engloba também os atos violentos aprendidos nos lares e reproduzidos na escola.

Quando se procura compreender a violência como processo, em que o ato violento está associado a uma situação de violência, pode se perceber que as vítimas e agressores não possuem papéis estanques, ou seja,

a vítima atual pode ser o agressor de amanhã e vice-versa, ambos devem ser tratados para que não ocorra o ciclo da violência.



### **3. ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI**

#### **3.1. A TRAJETÓRIA DO ADOLESCENTE E SUAS VIVÊNCIAS**

O que leva um adolescente a cometer um ato infracional? Os motivos são complexos e de várias ordens. Os autores, de diversas linhas, entre eles Volpi (1997), Assis (1999), concordam em um ponto: esse adolescente, em um determinado período de sua vida buscou no delito alguma forma de reconhecimento, de pertencimento, de obtenção de algo.

A grande maioria desses jovens, ao contrário do que pensa o senso comum, possui uma família. Está porém, enfrenta grande problemas para assumir seus papéis. Alcoolismo, maus-tratos, abandonos, graves faltas materiais, fragilidade ou inexistência da figura de autoridade ou de uma substituta.

Assis (1999), após pesquisa realizada com adolescentes privados de liberdade em três unidades do estado do Rio de Janeiro, concluiu: o ato infracional de maior incidência é contra o patrimônio (62,6%). Dos autores, 9% não possuía registro de nascimento e 72% não estava estudando no momento da internação. A situação familiar mostrou que somente 29,2% provinham de lar composto pelo pai e pela mãe. A maioria dos adolescentes revelou que seus pais eram separados (71%). Winnicott (1994) relaciona o fato da privação familiar e negligência com futuros cometimentos de delitos.

É sabido que a adolescência, pelo menos na cultura ocidental, representa um período de transformações. O modelo socioeconômico e cultural dominante, onde o grande valor, insistentemente

anunciado pela mídia, é possuir bens que a ampla maioria das pessoas jamais terá, agravada ainda mais a situação dos adolescentes brasileiros.

Atualmente, no Brasil, a ampla maioria dos adolescentes privados de liberdade é composta por excluídos sociais. Será impreciso afirmar a miséria, a penúria de bens materiais, a falta de perspectivas causa o cometimento de atos infracionais. Porém pode-se concluir existir aí uma condição de vulnerabilidade. Assis (1999) aponta como principais fatores de risco o consumo de drogas, o círculo de amigos, os tipos de lazer, a auto-estima, a posição entre irmãos, os princípios éticos, a presença de vínculos afetivos relacionados à escola e os sofrimentos de violências infringidas pelos pais.

Quando um jovem comete um ato infracional grave, houve inúmeras falhas: as políticas sociais básicas, o lazer, a escola, o estado, a sociedade. Todos estão implicados.

Segundo Queiroz (1987) a trajetória onde um “infrator” é gestado tem momentos mais significativos, nos quais na sua qualidade de “infrator” é acrescida de novos atributos que reforçam e aprofundam o reconhecimento dessa sua condição, tanto aos olhos dos outros, da sociedade “legal” e dos personagens do mundo do crime, quanto internamente, na formação de sua auto-imagem.

O primeiro desses momentos é sua integração mais realista nas estratégias de superação de carências de sua condição de vida, isto é, sua participação ou autoria de atos que ferem a legislação para fazer face às suas necessidades de sobrevivência: aí passa a ser reconhecido como um “pivete”, um aprendiz de malandro, alguém que deve se subordinar às normas de convivência do mundo do crime, pelos que dele participam. Mas, essa sua participação inicial pode ser esporádica, eventual, sem importância, ele não é um “infrator”: ele apenas partilha do comportamento social dos menores de famílias pauperizadas. É o cotidiano dos garotos que vivem no mesmo espaço

sócio-cultural, participam da batalha pela vida de uma forma semelhante, partilhando formas de atuação do mesmo tipo.

O segundo momento, de acordo com Queiroz (1987), um dos mais importantes, é quando seu modo de vida se choca com o padrão de “normalidade” da sociedade legalizada, sendo preso e encaminhado para a instituição de recuperação. É quando se reconhece oficialmente que sua maneira de ser é anti-social, levando à impossibilidade de integração normal na família e na sociedade. Esse contato e a posterior volta às ruas ou à família, nas mesmas ou piores condições em que ele vivia, repetido num espiral que se agrava, é que provoca a guinada quase definitiva para um comportamento reiteradamente delinqüente. A partir daí ele passa a ser reconhecido, catalogado, estigmatizado, vigiado e explorado, tornando-se cada vez mais difícil reverter sua trajetória.

Há quase doze anos, após uma grande discussão com os operadores do direito e com a sociedade civil organizada, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Vários documentos nacionais e internacionais questionavam a falta de respeito aos direitos humanos de crianças e jovens brasileiros, a visão criminalizante da pobreza e, portanto, a inadequação do código de Menores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, como passou a ser chamado, foi um grande avanço por vários motivos, entre eles: considerou crianças e adolescentes “seres humanos em desenvolvimento” e “sujeitos” de direitos e deveres. Por esse motivo, dado as mudanças requisitarem sua contrapartida cultural, a nomenclatura “menores” não mais é aceitável.

Rompeu com a doutrina da situação irregular e reafirmou a noção da proteção integral, pela qual todas as crianças e adolescentes, sem distinção, são prioridade absoluta e dever da família, da sociedade e do Estado a sua proteção.

Saraiva (1999) situa a ideologia do estatuto no princípio segundo o qual todas crianças e os adolescentes desfrutam dos mesmos direitos e deveres compatíveis com sua situação peculiar de desenvolvimento, rompendo com a idéia, vigente nos antigos juizados de menores, da existência de uma justiça repressora para os pobres e, para os bem nascidos, uma legislação absolutamente diferente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Os inimputáveis são os adolescentes entre 12 e 18 anos, considerando a idade na data do fato. As crianças até doze anos incompletos receberão uma das medidas de proteção que no seu Capítulo I diz:

Art.98 – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III – em razão de sua conduta.

No Capítulo II – Dos Direitos Individuais, Artigos 106 determinam que nenhum adolescente será privado de liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária. Prossegue o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo 11, que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o processo legal. São assegurados ao adolescente: pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual, defesa técnica por advogado, assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e direito de solicitar a presença de seus pais ou responsáveis.

Comprovada a prática do ato infracional pelo adolescente, poderão ser aplicadas medidas socioeducativas.

Para Volpi (1997)

“As medidas socioeducativas comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos no sentido de proteção integral e oportunidade, e do acesso formação e informação. Sendo que em cada medida esses elementos apresentam graduação de acordo com a gravidade do delito cometido ou sua reiteração” ( p.20).

Poderão ser aplicadas as seguintes medidas:

a) Advertência, que consiste na admoestação verbal pela autoridade judiciária.

b) Obrigação de reparar o dano, indicada para atos infrações com reflexos patrimoniais. A autoridade determinará que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou compense o prejuízo da vítima.

c) Prestação de serviço a comunidade, que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidade assistenciais, hospitais, programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, não prejudicando a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho.

d) Liberdade assistida, que consiste no acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. A autoridade judiciária designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por

entidade ou programa de atendimento. São incumbências do orientador entre outras: promover socialmente o adolescente e sua família inserindo-os, quando for o caso, em programa oficial ou comunitário, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, realizar diligências no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho e apresentar relatório do caso.

e) Semiliberdade, que consiste na permanência do adolescente em estabelecimento socioeducativo, onde as atividades externas são realizadas independentemente de autorização judicial. São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, sempre que possível por meio dos recursos existentes na comunidade. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto;

f) Internação, que consiste em medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A não ser que haja expressa determinação em contrário, não será permitida a realização de atividades externas. A medida não possui prazo determinado. A manutenção deverá ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. O período máximo de internação em nenhuma hipótese excederá a três anos.

Dentro do percurso de uma fase rica em possibilidades desestabilizadora a droga apresenta-se como um grande problema, pois envolve mudanças no desenvolvimento dos aspectos afetivos, emocionais do adolescente, extensivo a mudanças na dinâmica familiar. Expondo o adolescente a um contexto marginal, revelando que as dificuldades se expandem por eles descobrirem que a droga também manifesta prazer.

Como aponta Zaguri (1996), o uso de drogas não é nenhuma novidade da sociedade contemporânea. Trata-se de uma prática que

vem sendo utilizada ao longo da história da humanidade por vários grupos com finalidade religiosas, culturais e medicinais.

Entretanto, não há como negar que se vive numa sociedade em que as pessoas cada vez mais buscam alívio para suas tensões através do álcool e das drogas. É bastante comum entre os adultos o beber socialmente e o uso de calmantes e de cigarros. Produtos como soníferos, barbitúricos e tranqüilizantes são também extremamente atraentes para as pessoas (Almeida et alii, 1983).

Para muitos jovens, como comenta Masur & Carlini (1989), o contato com psicotrópicos pode ficar restrito a episódios esporádicos de consumo. No entanto, para outros, a situação pode ser diferente. Além da possibilidade de acidentes e das violências decorrentes da intoxicação aguda, o consumo persistente pode ao longo do tempo, desenvolver problemas graves de saúde mental, física e social. Essas conseqüências variam de intensidade de acordo com a droga em questão e, em geral, apresentam uma evolução mais rápida entre adolescentes quando comparados aos adultos.

A busca de identidade pode levar o adolescente a incertezas sobre si mesmo, abrindo espaço para a ocorrência de situações de transgressão, busca de prazer imediato e necessidade de liberdade, que muitas vezes podem favorecer o uso indevido de drogas. A curiosidade, a influência do grupo social, a disponibilidade de drogas, o contexto familiar e situações como episódios de emoções desagradáveis têm apontados como alguns fatores de risco para o uso de drogas entre os jovens como comenta Paulino (1997).

A adolescência é, sem dúvida, uma fase de transição onde o jovem está entrando em domínio pouco desconhecido. Os conflitos são freqüentes e inevitáveis, e o adolescente precisa aprender a lidar com eles de forma construtiva. Lidar com conflitos, segundo Bucher (1986), implica em

empreender esforços no sentido de resolver o estresse e criar soluções para os desafios e demandas que emergem em cada etapa da vida.

Conforme Cazenave (2001), o uso de drogas na adolescência pode ser classificado em cinco padrões motivacionais:

1) Uso experimental: é caracterizado pela busca das drogas psicoativas por curiosidade, aventura e rebeldia. É marcado pela baixa frequência e curta duração do uso.

2) Uso recreacional-social: o principal motivo é compartilhar experiências prazerosas com os amigos e pertencer a um grupo. O papel do grupo na adolescência é fundamental. A maioria dos jovens inicia-se nas drogas através de seus amigos.

3) Uso circunstancial-situacional: é motivado pela necessidade de se atingir algum estado ou efeito mental numa dada situação.

4) Uso intensificado: envolve a utilização de drogas a longo prazo com um meio de escapar das tensões e dos problemas do dia-a-dia. A droga passa a fazer parte constante da vida do adolescente.

5) Uso compulsivo : as drogas aqui são utilizadas com alta intensidade e alta frequência, além de já serem uma prática de longa duração na vida do adolescente. Há ruptura dos vínculos sociais. Sua vida gira em torno das drogas e seu objetivo principal é continuar a experimentar os efeitos das mesmas.

As drogas mais utilizadas pelos adolescentes, segundo Cazenave (2001), são: o álcool, a maconha, os calmantes e barbitúricos, a cafeína, a cocaína, o ácido lisérgico (LSD), a heroína e os inalantes. Essas drogas podem ser elencadas em três grupos em função das semelhanças de



seus efeitos: **Drogas depressoras**, que atuam como depressoras do sistema nervoso central; **Drogas estimulantes**, que aceleram o sistema nervoso central produzindo vários graus de ativação e euforia, além de gerarem sensações de dinamismo e força; **Drogas que alteram a percepção e a imagem**, que geram alterações de percepção do mundo externo e alucinações.

Não há dúvida de que o abuso de drogas na adolescência é cada vez mais visto como proveniente de uma combinação de vários fatores. O grande perigo do uso de drogas na adolescência é que estas acabam se constituindo num substituto para a importante aprendizagem na lida com as demandas e frustrações inevitáveis da vida.

### **3.2. O COTIDIANO SUBJETIVO DO ADOLESCENTE**

Falar do cotidiano do adolescente entende-se por momentos de fases que oscilam seu humor, atitudes e comportamentos. É um processo de crescimento e desenvolvimento humano, em que observam rápidas e vulneráveis mudanças.

Seu processo é permeado de novas construções nas relações inter subjetivas, apresentando manifestações peculiares de novos sentimentos, modos de pensar e se comportar, refletindo novas identidades e inserções no mundo interno e externo à família.

As transformações que se realizam no período de vida convencional a adolescência abarcam destinos e integrados processo de desenvolvimento social, familiar e comportamental.

Os grupos de adolescentes são ajuntamentos de indivíduos isolados, introspectivos nas suas emoções, que procuram agregados por meio da identidade de gostos.

O funcionamento psico-emocional na busca de um tipo de identificação que não os abandona sozinhos em sua luta, a luta para sentir-se real, a luta para estabelecer uma identidade pessoal, a luta para viver o que deve ser vivido sem ter de conformar-se a um papel prestabelecido.

Há nos seus sentimentos duas manifestações emocionais de rebeldia e dependência.

É no mundo subjetivo do adolescente que se constrói planos e desejos de vida, constitue um espaço extremamente vulnerável e assimilação de condutas anti-sociais, sentem emoções, sentimentos, agrados e desagradados que se manifestam de acordo com sua estrutura sócio-psicológica (Assis, 1999).

*É preciso enfatizar que existe neste período uma tendência significativa de dificuldades emocionais, que muitas vezes são socorridas com fugas das mais diversas maneiras.*

Tudo se resume a questão como ser adolescente durante a adolescência. O fator essencial é que, responsáveis, pais, instituições, possam encarar essas manifestações com responsabilidade e participação na sua construção interior.

### **3.3. O RELACIONAMENTO FAMILIAR DO ADOLESCENTE**

As estruturas familiares desses adolescentes serão as mais diversas. Muitos terão grupos familiares com peculiaridades: com muita frequência, esta será caracterizada pelo abandono parental, principalmente do pai, e um número significativo será constituído por filhos naturais.

Nos adolescentes para os quais não existe nenhuma estrutura familiar, os grupos de adolescentes, como gangues ou as turmas, buscarão prover esta falta.

Segundo Donzelot (1984) a falta da entrada da lei paterna no lar é um fator crucial que impulsiona o adolescente a cometer uma infração. Esses jovens, talvez inconscientemente, arrumaram uma forma de o terceiro entrar, de maneira inadequada, por meio de infrações, ou seja, a partir do momento em que não foi estabelecida a lei interna; em contrapartida, fazem surgir a lei externa (Juiz) para interditar essa relação dual.

Uma criança usa de todos os meios possíveis para se impor quando pode contar com a confiança dos pais. Se o lar consegue suportar as agressões da criança, ela se acalma e vai brincar. Os estágios iniciais do desenvolvimento emocional estão repletos de conflitos. A relação com a realidade externa ainda não está integrada. A criança precisa de alguém para ajudá-la a enfrentar seus impulsos destrutivos. Ela ainda não tem capacidade de tolerá-los. Se não tiver esse referencial seguro, a criança poderá sentir medo dos seus próprios pensamentos (Goldenberg, 1990).

Winnicott afirma que,

“A criança, cujo lar não lhe ofereceu um sentimento de segurança, busca fora de casa as quatro paredes; ainda tem esperança e recorre aos avós, tios e tias, amigos da família, escola. Procura uma estabilidade externa sem a qual poderá enlouquecer(...)”

“(...) A criança anti-social está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita para transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional”.

Quando se fala de pai ausente segundo Levisky (1998), entende-se não no sentido físico, mas, principalmente, ausente na vida psíquica da criança. Ele ressalta que a presença e ausência do objeto amoroso nos primórdios do desenvolvimento da criança é importante para ele ser capaz de simbolizar.

O papel principal do pai não é o da relação vivida nem o da procriação, mas o da palavra que significa a lei. Para que a função do seja reconhecida como representante da lei é preciso que sua palavra seja reconhecida pela mãe, conforme disse Lacan (1971).

Para Donzelot (1984), a situação das famílias é também caracterizada por problemas sociais de natureza diversa, tais como atentados freqüentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros. Faz-se necessário um contínuo acompanhamento do processo de mudanças que afetam, bem como o desenvolvimento de perspectivas e abordagens teóricas que possibilitem o seu entendimento, cobrindo não somente os aspectos relacionados ao mundo infra-familiar, como também os relacionamentos à dinâmica das políticas sociais no país.

Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política pública. Quando esta existe, é inadequada, pois não corresponde às suas necessidades e demandas para oferecer o suporte básico para que a família cumpra, de forma integral, suas

funções enquanto agente de socialização dos seus membros, crianças e adolescentes, principalmente. Objetivamente, o nível de bem-estar infantil se manifesta de forma precisa, podendo ser medido e percebido por meio das condições gerais de sobrevivência, consumo de alimentos e grau de nutrição, nível de educação e respeito dos seus direitos humanos básicos, entre os quais o de manter um vínculo estável com a família (Donzelot, 1984).

O ambiente familiar, ou seja, o lar constitui um contexto onde se forma as primeiras relações afetivas, é a partida da vinculação humana e onde é construído a cada um sua história individual. É o espaço que se dá o desenvolvimento da criança surgindo as necessidades físicas e afetivas.

Há muitos se reconhece a importância do lar, revelando que na dinâmica do lar estável não apenas capacita as crianças a encontrarem a si mesma e aos outros, mas também faz com que comecem a qualificar como membros da sociedade. Considera-se ainda um lugar onde o indivíduo descobre sentimentos de amor e ódio, onde pode esperar simpatia e tolerância.

O indivíduo quando adquire uma estabilidade ambiental, apresenta maior disposição e segurança, o que facilita em todo seu processo de aprendizagem e experiência pessoal. O ambiente facilitador pode ser qualificado como ter uma qualidade humana, e não uma perfeição mecânica.

Os vínculos diferem de uma espécie para outra, sendo mais comuns àquelas que existem entre pais e filhos, entre adultos e sexo oposto.

A vinculação afetiva é resultado de comportamento social de cada indivíduo, sendo a escola outro local, onde se desenvolve o vínculo afetivo.

Pichon Riviere (1995) através de sua Teoria do Vínculo dá uma relevante contribuição para o processo educativo do aluno. Possibilita estudar a relação professor versus alunos aspectos mente, corpo e mundo exterior, entendendo sua totalidade. Através de análise da Teoria do Vínculo percebe-se a complexidade das ações e reações que se desenvolvem em sala de aula.

O educador deve desenvolver uma relação construtiva de vínculos positivos, pois por meio da sinalização dos alunos expressa-se a comunicação em sala de aula. Os vínculos possibilitam desenvolver uma ação psicopedagógica.

A prática psicopedagógica se dá, quando é possível na relação, olhar, ver, ouvir, procurando sentir para agir na construção de uma prática psicopedagógica preventiva e curativa.

#### **4. O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM OS ADOLESCENTES NA RECONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM JUNTO A ESCOLA**

Para ensinar não basta ter conhecimento duma série de metodologias de ensino, optando por esta ou aquela. É preciso compreender o próprio aluno: as características de sua personalidade, a etapa de desenvolvimento motor, emocional, cognitivo e social na qual ele se encontra, bem como a maneira como aprende.

Klausmeier (1977), diz que são inúmeros os motivos que levam os alunos a variarem em intensidade o seu desejo de aprender, bem como em suas relações às tentativas do professor para motivá-los.

Por isso, as teorias que procuram explicar o processo de motivação partem do pressuposto de que deve existir alguma coisa, algum motivo, “ desencadeia uma ação, que lhe dá direção, mantém seu curso em direção a um objetivo e a finaliza” (Winterstein, 1992, p.53).

Um motivo é um constructo, explica Winterstein (1992), ele não é observável, não existe efetivamente, mas é criado pela pessoa para explicar a razão ou a necessidade que ela tem de fazer algo, de agir de uma determinada maneira. A função dos motivos é explicar aqueles comportamentos que deixam reconhecer a perseguição de um objetivo, existindo tantos motivos diferentes quanto categorias de relações entre os indivíduos e o meio ambiente.

A facilidade com que o aluno aprende pode ser atribuída à motivação, e sua falta é um fator que leva estudantes à lentidão ou, em casos extremos, à ausência de aprendizagem.

Witter (1984) diz que,

“Para aprender é preciso estar motivado, para realizar é preciso ter um motivo, para se manter trabalhando é necessário que se mantenha a motivação para o trabalho” (p.37).

Segundo Maslow (s/d), o comportamento humano é direcionado, de início, por motivos básicos que envolvem a satisfação das necessidades mais primárias do ser humano; aquela que garante a sua sobrevivência. Somente após é que se manifesta a metamotivação, que seria a busca pela satisfação de necessidades de ordem superior, com é caso da auto-realização. Tanto num como noutro caso, a ação humana é explicada conforme essa hierarquia.

Quando os estudantes não têm vontade de aprender, não se esforçam e parecem não mostrar interesse pelo que a escola lhes oferece, surge a pergunta: o que fazer para motivá-los?

Se é realmente o professor quem tem a tarefa de propiciar situações favoráveis para que o aluno aprenda, então parece claro que sua própria motivação influencia no interesse dos estudantes.

De acordo com Witter (1984), a falta de motivação do professor geralmente se reflete em sua resistência para aceitar inovações tecnológicas e em assumir novos papéis. Para a autora,

“(...) a formação, ou a falta de formação adequada, os baixos salários, a desvalorização social do professor, as



condições materiais em que vê compelido a trabalhar, a falta de um sistema adequado de reforços (ou recompensas) pelo empenho em concretizar um bom trabalho, a diversidade dos alunos, a falta de uma boa administração do tempo, planejamentos deficientes, a sobrecarga de trabalhos (em números de alunos, de turmas e até escolas em que atua), a falta de envolvimento com os alunos, entre outras variáveis a que estão sujeitos, conduzem à apresentação de propostas de manutenção da situação atual, de falta de iniciativa, de desinteresse pela mudança e não engajamento efetivo em qualquer inovação” (1984, p.41).

A despeito de todas as situações negativas pelas quais passa o professor, ele deve tentar, tanto quanto possível, se desprender de sua postura atual, que torna suas aulas maçantes para o aluno como para ele mesmo. Assumir que a mudança é necessária, arriscando-se a novas experiências de ensino, poderá levar o professor a cometer novos erros, mas também, novos acertos.

Vivências em sala de aula como jogos educativos, dinâmicas de sensibilização e integração, técnicas psicodramáticas e outras, quando utilizadas em momentos adequados, conciliam o desejo de ação e exploração dos alunos com a reflexão sobre os papéis estudantis, profissionais, familiares e sociais (Rosamilha, 1979).

Quando dirigidas sem críticas ou preconceitos, estas vivências podem motivar a livre discussão, a troca de idéias e geralmente permitem que professor e alunos interajam de forma construtiva.

Além disso, facilitam a participação dos alunos na elaboração dos objetivos que pretendem alcançar, no planejamento e na execução das atividades que irão desenvolver e na avaliação do que atingiram.

Portanto, trazem a vida do aluno para dentro de sala de aula, mesclando os mundos real e simbólico de maneira responsável e lúdica.

Segundo Kelly (1953), o estudo da motivação humana representa, para o educador, uma necessidade amplamente reconhecida, principalmente em uma sociedade democrática, onde o conteúdo e os métodos da educação devem, sempre que possível, respeitar os motivos individuais e os da comunidade em que vive o educando. O professor, como orientador das atividades dos alunos, é o mediador entre motivos individuais e os legítimos alvos a serem alcançados. Mais do que isto, compete ao mestre, como agente socializador, inculcar os padrões da cultura, isto é, novos motivos, a fim de que certas necessidades sejam desenvolvidas, determinando a aquisição, por parte dos educandos, daqueles tipos de comportamentos que garantem um ajustamento social eficiente.

Grande parte das dificuldades da escola têm sua origem nos problemas da motivação, ou seja, na tarefa de diagnosticar os interesses e necessidades dos alunos; na consideração das diferenças individuais; na organização das atividades extracurriculares; no atendimento dos casos de desajustados, pela descoberta dos motivos determinantes, e, afinal, nos problemas de aprendizagem, propriamente ditos (Kelly, 1953).

O professor tem que tomar cuidado sobre suas observações em sala de aula. Não supervalorizar os alunos que julga mais inteligentes, mais simpáticos em detrimento de outros. Deve evitar categorização como preguiçosos, “burros”, incompetentes, displicentes. O professor deve constantemente revisar sua postura, policiar sua linguagem em sala de aula para não estigmatizar seus alunos que tenham qualquer dificuldade.

O aluno pode ter algumas experiências de fracasso e estas, às vezes, podem contribuir para um número maior de fracassos. Quando o professor, junto com o aluno, analisa com cuidado esses dados, pode aprender

a lidar com eles de forma positiva. Isso significa que o professor pode ajudar o aluno a aceitar suas falhas, suas limitações e fazê-lo enxergar que todo ser humano as possui e que não impede que seja respeitado como pessoa, mas que é necessário aceitar-se e esforçar-se para superá-las.

Uma escola pontilhada de momentos aversivos como situações de provocação, redutoras de auto-estima, podem inconscientemente contribuir para uma diminuição lenta e inexorável da pessoa dos sujeitos envolvidos em tal processo, além de não se poder constituir numa forma de realização profissional para os condutores dessas atividades.

Um professor também auxilia o aluno a se perceber positiva e realisticamente.

Por outro lado, na escola pode-se também criar em classe um clima agradável de amizade, cooperação e promoção do ser humano.

No cotidiano escolar, ou seja no processo institucional, onde o aluno é o principal sujeito, onde é considerado com uma pessoa, cidadão, ser social e com experiências as mais diversas.

Em uma perspectiva psicanítica, a ênfase é dada ao estudo da relação entre professor e aluno, não no valor dos conteúdos cognitivos que transmitem entre duas pessoas, dizendo então que, as relações afetivas são mais valorizadas, nesta relação estabelecida entre professor e aluno, que estabelece a condição de aprender (Negrine, 1994).

No processo de intervenção psicopedagógica observa-se o homem enquanto ser em processo de construção do conhecimento, ou seja um ser cognocente. É considerado um ser como uma unidade de complexidades, pluridimensional, com dimensão relacional, onde estão implicados os aspectos contextual e interpessoal. Assim sendo, o aluno seria um ser na construção do

conhecimento e de sua própria autonomia, e ao mesmo tempo, implicado em áreas racional, desiderativa relacional que o constituem.

A construção de um núcleo onde o objetivo é reconstruir, organizar o processo de aprendizagem deve ser entendida principalmente a dinâmica cognitiva psicossocial do aluno, pois quando se vê obstáculos na construção do saber, às vezes surgem sintomas, que emergem das mais diversas formas.

O trabalho psicopedagógico vem a ser realizado na reconstrução da aprendizagem do aluno, quando apresentam sintomas de dificuldades de aprendizagem, desatenção, desinteresse, lentidão, astenia, entre outros. O desempenho escolar passa a ser visto pela Psicologia e Psicopedagogia abordando múltiplos conhecimentos.

Segundo Teixeira e Genescá (1987),

“ O sintoma como sinal, produto, emergência de uma desarticulação dos diferentes aspectos da aprendizagem, a saber: o aspecto afetivo, e cognitivo e social” (p.30).

A Psicopedagogia atua com seus próprios instrumentos corretivos e profiláticos, não se restringindo apenas na concepção de assimilação e sim enfatizando a aprendizagem de uma maneira interativa, estrutural e constante.

A atuação psicopedagógica na processo de aprendizagem, revela as possibilidades desenvolvidas na construção do conhecimento, considera-se que a aprendizagem em sua totalidade não é acabada, e sim um processo de sempre vir a ser. Quando se refere a modificações e novas construções, revela-se a inclusão do ser numa dinâmica de ação manifestada com o desejo de um ser desejante e contextualizado.

O ato de aprender ou reconstituir um processo de aprendizagem, é pressuposto numa relação com outra pessoa, a que ensina. É neste sentido que deve-se concentrar esforços para que o processo psicopedagógico seja desenvolvido em espaço, onde contemplem conteúdos adaptados numa relação harmoniosa e afetiva.

A atuação do psicopedagogo na instituição visa fortalecer-lhe a identidade, bem como buscar o resgate das raízes dessa instituição, ao mesmo tempo em que procura sintonizá-la com a realidade que está sendo vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa escola às reais demandas da sociedade.

De acordo com Fagali (2000) durante o processo educativo, o psicopedagogo pode investir numa concepção de ensino-aprendizagem que:

- Fomente interações interpessoais;
- Incentive os sujeitos da ação educativa a atuarem considerando integradamente a bagagem intelectual e moral;
- Estimule a postura transformadora de toda a comunidade educativa para, de fato, inovar a prática escolar, contextualizando-a;
- Enfatiza o essencial: conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante, de acordo com a demanda em questão;
- Oriente e interaja com o corpo docente no sentido de desenvolver mais o raciocínio do aluno, ajudando-o a aprender a pensar e a estabelecer relações diversas de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio;
- Reforce a parceria entre escola e família;

- Lance as bases para a orientação do aluno na construção do seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio;

- Incentive a implementação de projetos que estimulem a autonomia de professores e alunos;

- Atue junto ao corpo docente para que se conscientize de sua posição de “eterno aprendiz”, de sua importância e envolvimento no processo de aprendizagem, com ênfase na avaliação do aluno, evitando mecanismos menores de seleção, que dirigem apenas ao vestibular e não à vida.

Portanto, juntamente com toda a equipe escolar o Psicopedagogo estará mobilizado na construção de um espaço concreto de ensino-aprendizagem, espaço este orientado pela visão de processo, por meio do qual todos os participantes se articulam e mobilizam na identificação dos pontos principais a serem intensificados e hierarquizados, para que não haja rupturas da ação, e sim continuidade crítica que impulse a todos em direção ao saber que definem e lutam por alcançar.

Considerando a escola responsável por parcela significativa da formação do ser humano, o trabalho psicopedagógico na instituição escolar, que se pode chamar de Psicopedagogia preventiva, cumpre a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de normas de conduta inseridas num amplo projeto social, procurando afastar, contrabalançar a necessidade de repressão. Assim, a escola, como mediadora no processo de socialização, vem a ser produto da sociedade em que o indivíduo vive e participa. Nela, o professor não apenas ensina, mas também aprende. Aprende conteúdos, aprende a ensinar, a dialogar e liderar; aprende a ser cada vez mais um cidadão do mundo, coerente com sua época e seu papel de ensinante, que é

também aprendente. Agindo assim, a maioria das questões poderão ser tratadas de forma preventiva, antes que se tornem verdadeiros problemas.

Bossa (2000), registra o termo prevenção como referente à atitude do profissional no sentido de adequar as condições de aprendizagem de forma a evitar comprometimentos nesse processo, partindo de criteriosa análise dos fatores que podem promover, como dos que têm possibilidade de comprometer o processo de aprendizagem. A Psicopedagogia Institucional elege a metodologia ou a forma de intervenção com o objetivo de facilitar ou desobstruir tal processo, o que vem a ser sua função precípua, colaborando, assim, na preparação das gerações para viver plenamente a complexidade característica da época. Sabe-se que nos dias atuais o aluno deseja que sua escola reflita a sua realidade e o prepare para enfrentar os desafios.

## CONCLUSÃO

Compreendendo que a adolescência em sua condição peculiar de desenvolvimento deve participar de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, participando de todas as oportunidades que colaborem no seu desenvolvimento físico, mental e moral. A adolescência por sua vez se constitui uma guerra interna e externa, cuja batalha central é a formação da identidade, e essa evolução assume nos diferentes indivíduos, diferentes formas manifestadas de acordo com o contexto sócio-psicoemocional.

O desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto sócio-cultural em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica, por meio de rupturas, de desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do indivíduo.

O adolescente vítima preferencial de uma violência social sofre diante de condições básicas de sobrevivência, incluindo fome, miséria, falta de oportunidade e a coisificação do ser humano, visto como objeto de uso e abuso, desumanizado. Ainda, se defronta com a violência mais concreta, que envolve maus-tratos, acidentes, torturas incluídas as condutas autodestrutivas.

Vivendo o adolescente numa espécie de estado confusional, em que não sabe mais o que deve ou não fazer: exposto as situações curiosas, ou seja ao uso de drogas, que acaba fazendo parte de sua vida, com também a prática de atos infracionais como furtos, assaltos e outras condutas irregulares.



Ressalta as injustiças sociais, a má distribuição de renda, o elevado índice de analfabetismo, as manipulações políticas distantes dos reais interesses educacionais agravados pela banalização dos valores éticos e negação da igualdade de direitos em que não raras as vítimas são culpabilizadas. Vivenciam ainda, a uma violência intra-escolar revelada como forma mais sutil de violência, a preconceitos de classe, contra pobre, excluídos e destituídos.

Como parte do cenário de desenvolvimento da adolescência, a família contribui de forma efetiva na maturidade emocional do indivíduo, oportunizando-lhe a viver as mais diversas experiências, e esta apresenta competência de construir parcerias por meio de sua comunicação com o filho e pelos vínculos afetivos. Essa aprendizagem se faz fundamentalmente no espaço familiar. É importante fazer um cerco, criar uma rede de apoio, de forma a conscientizar a família, para participar e assumir com responsabilidade junto com a escola o processo de reconstrução da aprendizagem do adolescente.

A escola como espaço construtor de aprendizagem deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhe permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados, ou seja, não restringir somente a transmissão de conteúdos, mas propiciar o aluno a pensar, ensinar de forma de apropriação de conhecimentos elaborados, que possa praticá-lo com autonomia, além de sua permanência na escola. Com esta discussão é que se considera indispensável o conhecimento individual do aluno para que possa traçar paradigmas na sua trajetória escolar.

Vale ressaltar que a escola não é uma instituição independente, está inserida em uma trama de tecido social, suas interações estabelecidas revelam múltiplas facetas do contexto mais amplo em que o ensino se insere. Dentro do cotidiano escolar o educador é um mobilizador do processo ensino-aprendizagem, visualizando os alunos como parceiros nesse

processo, ativos e capazes de terem envolvimento e responsabilidades pelo que aprendem. Esta evolução só se formaliza quando se reconhece o adolescente , um ser singular em desenvolvimento, parte integrante de uma história única, construída com envolventes sócio-econômico e afetivo.

Analisando, portanto que no processo de reconstrução da aprendizagem, a Psicopedagogia exerce uma função mobilizadora na intervenção de um trabalho que pode atuar nas áreas de prevenção e terapêutica. Partindo do pressuposto de que estuda o ato de aprender e ensinar, considerando a realidade do aprendente dentro do âmbito do aprender e suas dificuldades.

A ação desse profissional não é isolada, mas integrada a uma equipe, buscando em conjunto vivenciar a escola, o adolescente, não só como espaço de conteúdos educacionais, mais de convívio, de cultura, de valores, de pesquisa e experimentação, possibilitando a flexibilidade de atividades.

Entende-se que o seu estudo se fundamenta em suas origens teóricas, aliadas ao trabalho interdisciplinar junto a Psicologia e Pedagogia. Nesse sentido a ação psicopedagógica assume um caráter reparador, com o adolescente em conflito com a lei no resgate da aprendizagem, enfocando o jovem rico em possibilidade de reorganizar o processo de ensina-aprendizagem, e por sua vez também incorporar outras demandas do ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda. Adolescência normal e patológica. São Paulo: Artes Médica, 1989.

ASSIS, S. Os adolescentes no Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso; Caderno de Saúde Pública, Outubro, 835-838, 1999.

ASSIS, S. Traçando caminhos de uma sociedade violenta. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

BARREMBLIT, Gregório et. All. Grupos teoria e técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática. 2ª. ed. Porto Alegre: Artemed, 2000.

BOTTURA JR., Wimer. A paternidade faz a diferença. 2ª. ed. São Paulo: Gente, 1994.

BRASIL. ECA:- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8069. Brasília: órgão, 1990.

BUCHER, R. E. O consumo de drogas – Evoluções e respostas crescentes. Psicologia: Teoria e pesquisa, v.2, p.132-144, 1986.

Cadernos Juvenis, Saúde e desenvolvimento. 1999, p.86.

CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAZENAVE, S. O. S. Drogas: Prevenção. Manual da FEBRACT (Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas). Campinas: p. 25-32, 2001.

CONGER, J. Geração sob pressão. São Paulo: Harper & Row, 1980.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. Pedagogia da presença; da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.

CONTINI, M. L. J. O psicólogo e a promoção de saúde na educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

DONZELOT, J. A política das famílias. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1984.

EISENSTADT, S. N. De geração a geração. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FAGALI, Eloísa Q. Zel do Vali. Psicopedagogia institucional aplicada. Petrópolis: Vozes, 2000.

FICHTNER N. A escola como instrumento de maltrato à infância. In: Lipi JRS, (coord.) A criança maltratada. São Paulo: Almed, 1985.

FINI, L. D. T. Rendimento escolar e psicopedagogia. In: SISTO, F. F. et alii (orgs.) Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis: Vozes, 1996.

LACAN, J. A. A família, Lisboa, Assíria e Alvim. 1981.

LEVISKY, D. L. (Org). Adolescência pelos caminhos da violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

KELLY, William A. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1953.

KLAUSMEIER, H. Manual de psicologia educacional – aprendizagem e capacidades humanas. São Paulo: Harper & Row, 1977.

MACHADO, A. M. & SOUZA, M. P. R. Psicologia escolar. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

MONESI, Ângelo Almansa. Adolescência e vivência da sexualidade. 1993.

MUSSEN, Paul Henry et alli. Desenvolvimento e personalidade da criança. 2ª. ed. São Paulo: Harba, 1988.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: PRODIL, 1994

ODÁLIA, N. O que é violência. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: Queroz, 1993.

PICHON-RIVIÉRE, E. Teoria del vínculo. Buenos Aires: Nueva Vision, 1995.

PIKURAS, J. Desenvolvimento humano: uma ciência emergente. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUEIROZ, José J (org.) O mundo do menor infrator. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

ROCHA, M. L. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa: em I.M. Maciel (org), psicologia e educação: Novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

ROSAMILHA, N. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979.

SARAIVA, J. B. da C. Adolescente e o ato infracional. Garantias processuais e medidas socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo. 17ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

VOLPI, M. O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez, 1997.

WINNICOTT, D. W. Privação e delinqüência (Álvaro Cabral, trad.) Londres: Tavistock, 1984.

WINTERSTEIN, P. J. Motivação, educação física e esporte. Revista paulista de educação física, v.6(1), p 53-61, 1992.

WITTER, G. P. Aprendizagem e motivação. In: WITTER G. – LOMÔNACO, P. J. F. B. Psicologia da aprendizagem. São Paulo: Epu, 1984.

ZAGURI, T. O adolescente por ele mesmo. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.